

# Economia Solidária

## Perspectivas no resgate dos vínculos sociais

*Gisele Hidalgo<sup>1</sup>*

**Resumo** Este estudo trata-se de um ensaio teórico a respeito do papel desempenhado pelas economias solidárias na criação de vínculos sociais como fator de articulação entre o homem e a sociedade. Em um primeiro momento, a luz de autores como Mauss e Polanyi, a pesquisa discorre sobre a transformação imposta ao homem moderno: de ser social para econômico. Ao refletir sobre as consequências desta mudança, percebe-se o crescente individualismo preconizado pelo sistema capitalista que ocasionou a perda dos vínculos antes considerados fundamentais para o desenvolvimento social: dar, receber, retribuir, confiar, cooperar. Em seu decorrer, o estudo apresenta os movimentos de resistência que surgiram no transcorrer da história e que buscaram se opor a forma dominante de economia. Nesse contexto, despontam as economias solidárias que despontam como um caminho alternativo na busca por outras opções econômicas capazes de devolver ao homem a sua dignidade, desfazendo o individualismo e buscando a valorização das trocas permeadas por valores não-econômicos, mas sim de confiança e cooperação.

**Palavras-chave** Reciprocidade; Vínculos sociais; Economia solidária; Utilitarismo; Cooperação.

**Abstract** This research indicates a theoretical test about the role played by solidarity economies in creating social bonds as joint factor between man and society. First, the light of authors such as Mauss and Polanyi, the research shows the transformation imposed to modern man: to be social to economics. Reflecting the consequences of this change, it is possible to observe the growing individualism recommended by the capitalist system which caused the loss of the bonds previously considered fundamental for social development: giving, receiving, return, trust, cooperate. This also shows the resistance movements that have started in the course of history and sought to oppose the dominant economy. The solidarity economies emerge as an alternative path in the search for other economic options able to return to man his dignity, finishing individualism and looking for the enhancement of exchanges permeated by non-economic values, as trust and cooperation.

**Keywords** Reciprocity; Social linkages; Solidarity economy; Utilitarianism; Cooperation.

**Resumén** Este estudio se propone a presentar el papel que las economías solidarias desarrollan en la creación de vínculos sociales y su actuación como um factor de integración entre el hombre y la sociedade. La investigación realizada proporciona elementos teóricos

---

1 Mestra em Administração de Empresas – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).  
Email: giselehidalgo29@gmail.com

que muestran el cambio de actitud al que el hombre fue sometido por el sistema económico moderno: de ser social para ser económico. También son presentados los movimientos de resistência que han surgido en el curso de la historia y que buscaban oponerse a la forma dominante de la economía. Al reflexionar sobre las consecuencias de esta transformación, podemos ver que el creciente individualismo defendido por el sistema capitalista provocó la pérdida de los lazos que antes se consideravam.

**Palabras claves** Reciprocidad; Vínculos sociales; Economía solidaria; Utilitarismo; Cooperación.

## Introdução

Seria possível imaginar o sistema de outra forma, senão a que vivemos hoje? Ao concebermos toda a riqueza, desenvolvimento das nações e avanços tecnológicos que se originaram da maneira como o mercado está organizado, a visão predominante é a de que existe somente um caminho a seguir. No entanto, ao aceitar essa forma como dominante, precisamos fechar os olhos para as contradições inerentes ao processo social e econômico em que vivemos.

O capitalismo dos nossos dias tem revelado as suas incoerências internas, retratando um contexto de desigualdades extremas, produzindo desemprego massivo e desarranjos econômicos em muitos países desenvolvidos e causando o agravamento da pobreza no mundo em desenvolvimento (MARTINS, 2007). Para Schneider (2013), a globalização trouxe benefícios, mas também consequências sociais negativas, como o aumento do desemprego, a precarização dos contratos de trabalho e crescentes agressões aos direitos de organização sindical e ao próprio equilíbrio ambiental.

Inserido nesse contexto, nos dois últimos séculos, o homem sofreu uma grande mudança em seu papel: de ser social para econômico. Em virtude dessa transformação, houve mudanças sociais graves, uma delas, talvez a de maior impacto, encontra-se no isolamento racional que tomou o lugar da cooperação. Em uma troca da concepção de desenvolvimento coletivo para individualismo metodológico, ser racional passou a significar uma busca constante pela unidade ao invés da coletividade.

No decorrer desse estudo pretende-se apresentar como a visão de ser humano individual e excludente ganhou forças a ponto de tornar-se dominante e quais seriam os caminhos possíveis para o retorno a um sistema social vinculante.

## 1 Individualismo – liberdade ou imposição?

Reflexões a respeito de temas como liberdade de escolha e individualismo remontam aos princípios utilitaristas que converteram nosso estado natural de pensar. Proveniente de uma doutrina dita libertadora, este modelo que nasceu junto com o Iluminismo, buscava a igualdade ao possibilitar a individualidade com base nas preferências de cada um. Segundo Ulrich (1997), o termo utilitarismo designa um conceito normativo de fundamentação racional, que julga a ação humana quanto às suas consequências úteis. Logo, a partir daí, tem-se um individualismo benfazejo: provê a tua felicidade, que isso assegurará o maior grau de felicidade para todos os outros, se fizerem o mesmo. Para Gaiger (2013), estando livres de interposições, os indivíduos se comportam espontaneamente, buscando maximizar seu bem-estar, seu interesse ou utilidade racionalmente.

Para os padrões utilitaristas, o indivíduo passa a agir conscientemente movido pela intenção de realizar seus objetivos, buscando o seu proveito. Caillé (2009) diz que é difícil se opor às ideias utilitárias quando estas se manifestam na busca da maior felicidade para o maior número de pessoas. Sob essa égide, o individualismo tornou-se algo instrumental: a estratégia de cada um para maximizar a sua própria felicidade. Uma racionalidade maior está associada à busca do autointeresse, que estabelece uma relação entre individualidade e egoísmo e, futuramente, na busca por um maior ganho. Na medida em que o utilitarismo passa a se relacionar com o mundo econômico, essa racionalidade se converte em otimização para obtenção de lucro. De acordo com Gaiger (2013), o indivíduo racional do utilitarismo agirá de forma empreendedora no campo econômico, visando à otimização e à eficiência, desde que não seja tolhida a sua liberdade.

Mas, ser livre é realmente possível? Escolhemos estar dentro de um sistema de mercado que rege nossa sociedade ou somos frutos de uma imposição histórica? Afinal, quem dita as nossas preferências? Para que exista a chamada opção pela livre escolha seria necessário que nos colocássemos à parte, entre parênteses, buscando a emancipação que permita a compreensão da sociedade e o agir dentro dela. Esse homem dito “parentético”, pelo teórico crítico Guerreiro Ramos (1984), suspende suas crenças no mundo ao analisar a situação em que está inserido. Ao libertar-se de concepções pré-estabelecidas, o indivíduo poderia então discernir sobre suas preferências. A evolução desse pensamento, no entanto,

só seria possível se a sociedade fosse igualitária, com recursos e oportunidades para todos.

São as incertezas do mundo em que vivemos que prejudicam a nossa racionalidade. Pela liberdade, o indivíduo se desvincula de seu meio em uma ideia de egoísmo racional, onde cada um deve cuidar de si. Caillé (1998), enfatiza o que o sociólogo Durkheim já havia percebido com clareza: não é possível fazer o altruísmo nascer do egoísmo. O autor aponta também que é impossível convencer os egoístas racionais, isolados e “mutuamente indiferentes” a levar adiante a teoria de que seria vantajoso para eles cooperar, ou seja, confiar uns nos outros e estabelecer uma relação de aliança.

Dentro dessa lógica, a liberdade é plena, desde que todos os valores, crenças e paixões sejam traduzidos em demandas de bens (ou serviços) de consumo (GOODBUT, 1998). Para Gaiger (2013), a aspiração moderna de “ter liberdade para se liberar” conduz toda e qualquer relação social a cingir-se à realização dos interesses de uma parte e de outra, evitando a continuidade do laço que momentaneamente se estabelece, senão nos termos previstos pelos contratos. Suprime, assim, o vínculo social e refuta a condição de interdependência, fazendo o homem moderno se desvincular dos laços de solidariedade e se tornar dependente do consumo. Cria-se, desse modo, uma racionalidade econômica direcionada para o ciclo infinito de necessidades superficiais.

## 2 O enfraquecimento dos vínculos

Profeticamente correto, Weber (1985) previa que sob o capitalismo a ordem racionalista havia se tornado uma gaiola de ferro na qual a humanidade estaria aprisionada “talvez até que a sua última tonelada de carvão fossilizado seja queimada”. Para Ulrich (1997), o mercado livre passou a ser a situação ideal, na qual os indivíduos fazem livremente as suas escolhas. Por ser uma estrutura neutra em relação às preferências, torna-se compreensível que se aceitem axiomas como a “concorrência perfeita”, apesar de sua condição indemonstrável.

De acordo com Gaiger (2013), a força exercida pelo capitalismo explica-se por sua indiscutível produtividade e sua velocidade de inovação. Ao buscarem sua legitimação junto ao sistema, os indivíduos adquirem percepções de maximização de ganhos individuais em detrimento

dos coletivos. O autor enfatiza que, nos últimos dois séculos, os efeitos contraditórios experimentados pela expansão global do mundo ocidental explicam-se em larga medida pela predominância gradativa da racionalidade singular do *homo economicus*, de natureza individual e utilitarista, congruente com a lógica de desenvolvimento do capitalismo. O fato conduziu ao refluxo, ao ocultamento e ao esquecimento de outras formas de vida econômica, que persistiram ou emergiram sob o escudo do capitalismo de maneiras acantonadas, refugiadas, subordinadas ou insurgentes. Assim, seguiu-se, ainda que de maneira geralmente discreta e quase imperceptível, salvo em seus momentos de expansão e reafirmação.

Essa lógica racional produtiva, no entanto, nem sempre existiu. Foram as nossas sociedades ocidentais que muito recentemente fizeram do homem um animal econômico. Para Razeto (1993), a supremacia do *homo economicus* acarretou a separação teórica entre economia e solidariedade. Hoje, depositamos nossa confiança em aparatos tecnológicos, antes, porém, eram necessários laços, vínculos e ajuda mútua para sobreviver.

Em sua obra seminal *Ensaio sobre a Dádiva*, Marcel Mauss (1974) apresenta sociedades antigas que constituíam um complexo sistema social e econômico baseado em trocas recíprocitárias. A dádiva constituiu o cultivo de alianças, o sentido associativo de uma economia. Existia um espírito de coletividade, generosidade, de cuidado com os membros da sociedade. Esse conceito retoma a importância das relações sociais, da interdependência para a sobrevivência da nossa espécie. Nas sociedades antigas, as pessoas ajudavam umas às outras, tinham confiança em seus semelhantes, davam e recebiam livremente. As atividades recíprocitárias eram o motor para a promoção de coesão social.

Para Godbout (1998), entende-se por dádiva tudo o que circula na sociedade e que não está ligado nem ao mercado e nem ao Estado. De um modo positivo é o que circula em prol do laço social. Por isso, é frequentemente acompanhada da impressão de participar de algo que ultrapassa a necessidade de ordem material. Aí está a obrigação, no ato de retribuir vem à tona a sensação de utilidade. O valor da dádiva consiste, na verdade, em fazer lembrar que os agrupamentos humanos acionam outras racionalidades, que não a instrumental, para prover a sua existência, desfazendo a impressão de que essa última disporia de primazia antropológica e histórica sobre as demais (GAIGER, 2013).

A dádiva mudou, mas não desapareceu. Atitudes de lealdade, cooperação e confiança, além do zelo no trabalho representam quase uma espécie

de colaboração clandestina para a eficiência da empresa. Comportamentos que manifestam o princípio da dádiva igualmente no mundo funcional das organizações, atrás das quais, como recorda Caillé (2009), sempre existem pessoas.

Segundo Gaiger (2013), a vida humana apenas pode ser concebida como um acontecimento de seres sociais que, para viverem, contraem vínculos recíprocos. Tais vínculos decorrem da condição humana de interdependência, de nossa falta de autossuficiência individual, ou mesmo grupal; do fato de que, desde nossas experiências primárias deparamo-nos com a escolha inevitável entre confiar e não confiar, entre arriscar-se em uma lógica de aliança e de certa gratuidade, ou não.

O individualismo e a falta de confiança nas pessoas com quem desenvolvemos nossas relações, praticamente inviabilizaram a prática da dádiva. A dita ganância do homem moderno que institucionaliza o ganho em todas as situações em prol de seu benefício e o não estabelecimento de relações que possam vir a ser duradouras e benéficas em longo prazo determinam o enfraquecimento dos vínculos. Os vínculos podem cumprir um papel apenas instrumental, sendo, assim, descartáveis uma vez atingidos seus objetivos, mas viveremos mal se apenas contarmos com vínculos sociais não vinculantes, pois não oferecem amparo quando nada temos para imediatamente dar em troca (GAIGER, 2008).

Contudo, se originalmente o homem precisava de vínculos duradouros e solidários para garantir a sua existência, o que o levou a este individualismo profundo? O que impede os membros da sociedade de dar? O que faz com que se retenham as coisas, em vez de fazê-las circular? (GODBOUT, 1998).

### 3 De protagonistas a espectadores – a inversão de papéis

O enfraquecimento de sistemas econômicos baseados em relações recíprocas teve início com a mudança dos princípios norteadores do mercado. A dádiva perdeu visibilidade nas sociedades modernas, pois nela ganhou preponderância um princípio de agir orientado ao intercâmbio, cuja natureza fragiliza ou suprime os vínculos sociais (GAIGER, 2013).

Em sua obra *A Grande Transformação*, Karl Polanyi (2000) corrobora as conclusões de Mauss (1974) e apresenta o argumento antropológico do homem como ser social, identificando um conceito semelhante à dá-

diva: a reciprocidade. O autor destaca que, anteriormente à nossa época, nenhuma economia era controlada por mercados, sendo seu papel apenas incidental na vida econômica. O sistema econômico era dirigido por motivações não econômicas, mas por vínculos sociais e os mercados representavam um acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social.

Em um retrospecto temporal, Polanyi (2000) apresenta o sistema de mercado autorregulável iniciado a partir da Revolução Industrial. Esse mercado cresceu à custa da desarticulação social, dando ao homem um papel que ele nunca teve: o da predileção por ocupações lucrativas. Até então, todos os sistemas econômicos conhecidos eram organizados pelos princípios básicos: reciprocidade, redistribuição e domesticidade. Para Lisboa (2008), cada uma dessas formas supõe, respectivamente, uma organização com base na simetria social (sociedades igualitárias) ou centralidade (sociedades com Estado de tipo despótico ou burocrático).

O conceito do *homo economicus* que tem a propensão de barganhar, permutar e maximizar seus resultados ganhou forças e tornou-se modelo. Polanyi (2000) destaca que organizar a economia por meio do mercado pressupõe uma transformação completa de tal forma que a natureza, o ser humano e o dinheiro foram transformados em mercadorias, passando a ser, no caso dos dois primeiros elementos, denominados pela teoria econômica de “terra” e “trabalho”. Trabalho é apenas outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem e o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida pelo mecanismo dos bancos e das finanças estatais.

Em um mercado autorregulável toda a produção é feita para a venda e todos os rendimentos derivam dessas vendas. Nessa forma de organização, o homem tornou-se uma mercadoria precificável. Houve, então, uma inversão de papéis, o mercado passou a controlar a sociedade humana, dirigindo-a como se fosse um acessório. Lisboa (2008) diz que a determinação de valores era dada pela escassez, e completa destacando que o capitalismo é um sistema de criação de desejos e produção de necessidades. Destaca, ainda, que uma civilização fundada no consumismo e no desperdício, sob processos de obsolescência planejada, gera uma destruição sistemática de riquezas intrínseca à racionalidade econômica moderna.

Nesse contexto, ocorreu a adulteração do que possui outras dimensões e que não poderia se desvincular de suas funções natas. A produção contínua tornou o trabalhador subjugado, alienado, sem valores. A sua liberdade foi abolida para que o mercado se desenvolvesse. Polanyi (2000) discorre sobre a indústria da pobreza gerada nessa nova forma de regulação do mercado. O autor explica que, para os trabalhadores, não havia outro padrão possível que não fosse a miséria. Ele cita a controvérsia de Adam Smith com relação ao sistema autorregulável: para ele, a abundância universal não podia deixar de fluir para o povo. Seria impossível que a sociedade se tornasse mais rica e o povo mais pobre. Porém, não foi o que aconteceu. De acordo com Gaiger (2013), no mundo atual, a economia tornou-se sinônimo de mercado e, esse, de mercado capitalista. Os agentes econômicos capitalistas, além de moverem-se pelo interesse, são privados, visam à acumulação do capital, concebem o intercâmbio como troca de mercadorias, tendem a reduzir ou eliminar a concorrência e estão inclinados a mercantilizar todos os campos da vida social. Por isso, nos mercados modernos observa-se a produção incessante de mercadorias, uma relação em que a oferta condiciona a demanda, em decorrência dos acordos prévios entre oligopólios e das injunções do capital financeiro.

Essa transformação do modelo de mercado passou por crises e reformulações no decorrer da história, manteve, porém, sua característica principal: a mercantilização do trabalho. Para Lisboa (2008), Polanyi elaborou uma compreensão do fenômeno econômico não prisioneira da lei do valor, permitindo considerar positivamente as economias não mercantis (bem como os mercados inseridos em seu interior), possibilitando um olhar lúcido na neblina da confusão que se estabeleceu no pensamento econômico entre riqueza, valor, preço e moeda. Junto a essa desarticulação, degradaram-se as condições de vida, houve um flagelo moral e crescimento acelerado da indústria da miséria.

#### 4 Contra-movimentos: a proteção aos vínculos sociais

Como resposta à insatisfação pelas condições de trabalho e de vida a que os trabalhadores são submetidos nesse período, nasceram na sociedade forças organizadas, contrárias aos padrões impostos pelo mercado. Movimentos que se formaram para buscar devolver a dignidade às classes exploradas pelo sistema dominante.



Martins (2007), ao analisar a obra de Polanyi, destaca que surgiu na sociedade um “duplo movimento”: de um lado o mercado e suas classes de interesses e, de outro, forças sociais que tentam resguardar as pessoas, seu meio, sua cultura. Esse contra movimento é chamado pelo autor de *Grande Transformação*, um momento em que a sociedade passou a se proteger contra as forças que minam a solidariedade social e que ameaçam distorcer a sua relação com o ambiente natural. Para Gaiger (2013), o mercado autorregulado reflete um desiderato de classe e se apoia em uma estrutura econômica que não aceita nem produz seu reencaixe social. Cabe à sociedade impedir o desencaixe total, nisso sendo beneficiada pelas incongruências e disfunções da regulação espontânea.

Os conflitos existentes entre o mercado autorregulável e a sociedade seriam permanentes, de acordo com Polanyi (2000), dentro do modelo capitalista. O autor sustentava que se o mercado livre não viesse a ser substituído por uma economia social e cooperativa, acabaria dependendo de regras autoritárias e até mesmo fascistas. Tenderia a se tornar impositivo, opressor e ditatorial.

Os movimentos de proteção social ganharam força com o passar do tempo, abrindo espaço para aqueles que não se enquadram dentro das formas institucionalizadas pelo sistema dominante. Segundo Gaiger (2004), o movimento contra a submissão ao capital jamais arrefeceu, mesmo tendo encontrado derrotas e períodos de perda de força. Essa resistência trouxe à tona a percepção de que não são somente as motivações econômicas que movem as pessoas. Existem valores maiores que os propostos pelo mercado, que restituem os valores humanos e sociais, por meio de caminhos econômicos alternativos.

A busca por outras opções econômicas que resgatam a importância dos vínculos sociais e que devolvam ao homem a sua dignidade é destacada por diversos autores. Ao estender o olhar para novas perspectivas, segundo Lisboa (2008), surgem caminhos de intermédio, que desfazem o individualismo e buscam a valorização das trocas permeadas por valores não-econômicos, mas sim de confiança e cooperação. Caminhos estes, também destacados por Martins (2007), já que em várias sociedades ocidentais, tendo algumas pessoas deixado de acreditar que os governos serão capazes de recuperar rapidamente a economia, procuram elas próprias novas formas de cooperação econômica, seja em nível comunitário, seja no setor industrial.

Em tempos atuais, novas teorias econômicas ganharam notoriedade ao estabelecerem a necessidade do equilíbrio entre a qualidade de vida e o desenvolvimento de um país. O ganhador do Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen, recomenda uma reflexão da expansão do horizonte social e cultural da vida das pessoas como o do verdadeiro desenvolvimento humano. Ele define o desenvolvimento como o processo de ampliação da capacidade de os indivíduos terem opções, fazerem escolhas. O autor resume suas ideias sobre o desenvolvimento como a possibilidade de poder contar com a ajuda dos amigos, ou seja, a cooperação e a solidariedade entre os membros da sociedade, transformando o crescimento econômico destruidor das relações sociais em um processo de formação de capital social.

O estímulo a ações associativas, baseadas em relações de confiança e cooperação estabelece novamente o elo entre o mundo econômico e o social. Esses modelos buscam a retomada da esperança na lógica de um sistema voltado para a inclusão e crescimento tanto individual quanto comunitário. Para Lisboa (2008), a superação da pobreza reside no fortalecimento da autonomia cultural-econômica das comunidades ditas carentes e na melhora do uso comunal dos comuns recursos naturais, ao contrário da proposta do paradigma econômico vigente de atrelar a sobrevivência dos pobres ao crescimento da economia industrial.

Em todo o mundo, existe um conjunto de organizações socioeconômicas que buscam iniciativas distintas das empresas capitalistas e dos órgãos públicos. Cruz (2012) diz que essas organizações operam sob uma grande variedade de estruturas legais e representam novas respostas às mudanças provocadas pelas crises econômicas, às dificuldades do Estado e às necessidades e aspirações sociais e econômicas das comunidades nas quais elas estão inseridas.

Para Sabourin (2008), as atividades econômicas não são motivadas apenas pelo interesse material individual ou corporativista. Muitas delas incluem também a preocupação com a satisfação das necessidades dos outros, ou com a manutenção do laço social. Como exemplo, o autor destaca que, nas sociedades rurais, há a permanência de diversas formas de ajuda mútua agrícola e de associativismo ou das formas de manejo compartilhado de recursos naturais (águas, pastagens, terras, florestas, reservas extrativistas ou biodiversidade) e de bens em propriedade comum (infraestruturas ou equipamentos coletivos). As relações mobilizadas em tais estruturas de reciprocidade geram valores materiais ou instrumentais imateriais (conhecimentos, informações, saberes) e produzem também

valores afetivos (amizade, proximidade) e valores éticos, como a confiança, a equidade, a justiça ou a responsabilidade.

Essas propostas retomam os antigos princípios da *Dádiva* descrita por Mauss (1974), na qual os grupos eram organizados em torno de relações econômicas recíprocitárias baseadas em ajuda mútua, respeito e valores morais. Assim como dito por Caillé (2009), a *dádiva* é um recurso obrigatório para todos aqueles que desejam libertar-se das imposições da economia, tentando construir um lugar distinto, uma economia diferente.

## 5 Uma outra economia

A Economia Solidária vem sendo relacionada a iniciativas participativas e cooperativas, decorrentes da associação voluntária entre trabalhadores, consumidores e cidadãos engajados em questões de interesse comum. Para Gaiger (2008), instaura-se um ambiente permeado pela presença de condutas fundadas em relações de reciprocidade, orientadas para a preservação do vínculo social. Gaiger (2004), também destaca que a associação produtiva entre os trabalhadores, coloca em seu benefício a capacidade de trabalho que possuem e, assim, instaura bases para uma economia de realização das necessidades, de fruição e de bem estar.

Para Singer (2015), a economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Assim, define que a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem em uma única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Diversos autores corroboram a ideia de que a Economia Solidária comporta valores e práticas emancipatórias para as pessoas que participam dos empreendimentos e para a sociedade como um todo. Para Silva (2007), ao democratizar as relações sociais de produção, supera-se a subalternidade do trabalho em relação ao capital, desenvolvem-se as capacidades do trabalhador, valorizando o trabalho familiar, das mulheres e de outros setores excluídos da sociedade. Implica na reversão da lógica capitalista,

ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, concebendo o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. Considerando essas características, a Economia Solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável. Abramovay (2000) destaca que é a solidariedade que tem o condão de gerar recursos novos e ampliar a própria base do processo de criação de riquezas. É o que vem sendo chamado nas ciências sociais contemporâneas de *capital social*, um conjunto de características como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.

Para a superação do individualismo, é preciso também valorizar a solidariedade como condição de associação, de articulação de esforços e compromissos voltados para a superação de todas as formas de destruição da vida. A retomada dos valores humanos por meio da criação de vínculos sociais, na ideia de que o homem desenvolve-se coletivamente e não em sua unidade permeiam esse tipo de economia. A economia da integração, das possibilidades e da união.

## 5.1 Aspectos da economia solidária

No século XIX, a partir de movimentos organizados de resistência dos trabalhadores às condições exploratórias a que eram submetidos, a economia solidária surgiu como uma forma não-excludente aos que precisavam de um lugar no mercado de trabalho, para seu sustento e socialização. Assumiu formas e operações distintas, porém, seus objetivos convergem para beneficiar, principalmente, aqueles que estão à margem do sistema, empobrecidos ou excluídos em virtude de suas condições de vida. Gaiger e Laville (2009) explicam que o termo economia solidária é amplamente utilizado em vários continentes, com denominações variadas, que giram em torno de uma ideia principal: solidariedade em contraste com o individualismo utilitarista.

Para Singer (2002), a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. Para ele, o que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção.